

Acta número dois

Aos vinte e quatro dias do mês de Julho de dois mil e catorze, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Municipal de Educação, conforme convocatória expressa previamente enviada a todos os conselheiros.

Aberta a reunião, pela presidente do órgão, procedeu-se à leitura da acta da reunião anterior que após submissão a algumas correções apontadas pela Professora Augusta Trigueiro, foi aceite por todos os presentes, e consequentemente aprovada por unanimidade.

Decorrente do exposto em acta sobre a possibilidade de se agendar uma reunião com os Directores das Escolas e os Serviços da Segurança Social para se analisar e agilizar procedimentos de atribuição de escalões em situações com carácter de urgência, a conselheira Manuela Coutinho deu nota de que a Instituição que representa tem procedimentos institucionais inflexíveis, designadamente, a atribuição dos escalões calculada com base nos elementos constantes da declaração de IRS no ano anterior, mecanismo que se traduz num desfasamento temporal face à realidade socioeconómica. Informou ainda de que é possível atender a solicitações no próprio dia, embora careçam sempre de uma avaliação à situação socioeconómica da família.

Augusta Trigueiro e Emília Martins consideraram que a escola é um parceiro privilegiado na criação de canais de comunicação mais ágeis e céleres para o fornecimento de respostas mais próximas da realidade.

Ficou acordado de que o CME procederá ao agendamento de uma reunião para agilização de procedimentos, a decorrer em Setembro, e que contará com a presença dos conselheiros Manuela Coutinho, Augusta Trigueiro, Maria José Guerreiro e Paulo Azevedo.

Em conformidade com o ponto dois da ordem de trabalhos, Balanço do Ano Lectivo 2013/14, a presidente do órgão informou que esta análise era habitualmente apresentada pelos serviços da DGEstE. Contudo, atendendo a que o representante desta Instituição não pode comparecer à reunião, procedeu a Dr.^a Maria José Guerreiro ao balanço do ano escolar transacto.

Iniciou a apresentação pelo enquadramento da nova realidade organizacional, quer a nível de freguesias quer a nível de Agrupamentos, que consiste na implementação de novas dinâmicas com novos interlocutores. Realçou os constrangimentos que advêm

da junção das freguesias, dando o exemplo de Subportela que passou a agregar três freguesias pertencentes a três Agrupamentos de escolas distintos, (Subportela - Darque, Portela Suzã - Barroselas, Deocriste - Arga e Lima).

Maria José Guerreiro comunicou que numa reunião com a DGEstE foi-lhe apresentada a proposta do encerramento de quatro escolas, nomeadamente, Portela Suzã, St.^a Leocádia, Serreleis e Meixedo.

Atendendo à diminuição drástica demográfica, ao decréscimo acentuado da natalidade, e à necessidade de se proceder à actualização da carta educativa, (serviço já adjudicado ao Dr. Pita Meireles) a autarquia não rejeitou a possibilidade de encerramento de estabelecimentos de educação e ensino, no entanto, apelou ao Sr.^a Director de Serviços que lhe concedesse algum tempo para reflectir, sobretudo devido às contingências resultantes da reorganização de freguesias.

A proposta que em reunião de CM reuniu o consenso de todos os quadrantes políticos foi enviada para a DGEstE, não tendo sido atendida. Este organismo não considerou que a proposta do município, que consistia no adiamento do encerramento das escolas, até que a actualização da carta educativa se concretizasse, apresentava fundamentos plausíveis, que se traduzissem numa contra proposta e de seguida comunicou o encerramento de 2 escolas, Serreleis e Portela Suzã. Informou ainda que o CE de Santa Marta acolheria os alunos de Serreleis e o CE de Mujães acolheria os alunos de Portela Suzã. O processo de transição dos alunos de Portela Suzã para Mujães foi pacífico. A Associação de Pais de Cardielos e a Junta de Freguesia rejeitaram a proposta da DGEstE e após uma reunião com os interessados remeteram uma contra proposta a esta instituição, invocando que Cardielos reúne condições para acolher os alunos de Serreleis. A proposta foi aceite pelo MEC e encontra-se em fase de agilização.

Relativamente ao transporte dos alunos, continua a autarquia a aguardar a comunicação dos serviços competentes.

A conselheira Teresa Gonçalves questionou o conceito de liberdade de escolha, nestas situações em que o MEC indica as escolas para onde os alunos devem ir. A Presidente do órgão esclareceu que efectivamente existe liberdade de escolha.

A conselheira Flora Silva sugeriu que o CME, com base nas incongruências patentes entre a carta educativa e a reorganização administrativa, emitisse parecer e remetesse aos serviços do MEC.

Ficou decidido que os conselheiros Maria da Fé, Maria José Guerreiro, Isaías Alves e Emília Martins dariam o seu contributo para a elaboração de um texto que depois de colhido o parecer de todos os conselheiros seria enviado ao MEC.

A presidente do CME informou os presentes de que o processo de instalação nos novos Agrupamentos de Escolas está praticamente concluído, à excepção do Agrupamento do Monte da Ola que continua a ter uma Comissão Administrativa Provisória devido a 2 impugnações apresentadas pela actual presidente da CAP, professora Graça Pires.

Em conformidade com o último ponto da ordem de trabalhos, **outros assuntos**, apresentou a Dr.^a Maria José Guerreiro as propostas de alterações aos Regimento Interno do CME, remetidas pelo conselheiro Aristides Sousa. As alterações sugeridas foram colocadas a votação e aprovadas por unanimidade, com a excepção da proposta para alteração da constituição do órgão, no que se refere à participação das forças de segurança. O CME no quadro da sua autonomia e na valorização das forças de segurança existentes no Concelho considerou uma mais-valia inquestionável a inclusão no órgão das duas entidades, GNR e PSP. Fundamentalmente porque o Concelho possui uma área extensa com território rural e urbano.

Posteriormente, a conselheira Maria da Fé Beito, representante do pessoal docente do ensino secundário informou o órgão que terá de abandonar as funções no CME por ter sido colocada na EB2.3 de Viana do Castelo.

Na reunião de 10 de Maio de 2014, o Professor Hermenegildo Costa foi designado representante suplente do ensino secundário, assim, e dada a impossibilidade da professora Maria da Fé Beito permanecer no órgão, passa o professor Hermenegildo a membro efectivo do CME na qualidade de representante do ensino secundário.

Por último, a conselheira Maria Augusta Trigueiro questionou a CMVC sobre a possibilidade de se criar uma plataforma do CME acessível a todos os membros. A Vereadora do Pelouro da Educação informou que o assunto será tratado com o Gabinete de Informática do Município.

E nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a presente reunião de que para constar se lavrou a presente ata.

Viana do Castelo, 24 de Julho de 2014